

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	Nº 07	P. 87-102	2003	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	-----------	------	----------------

## **Comunidade e linguagem na costa da Guiné nos séculos XV, XVI e XVII\***

Hildo Honório do Couto (UnB)

**ABSTRACT:** This is a study pertaining to the pidgin/creole Portuguese formed on the west coast of Africa during the 15th, 16th and 17th centuries. Bounded by topological, social, economic and demographic information on the nucleuses of colonization that have been shaped along the west African coast, the author attempts to scrutinize the scant clues on the topic of linguistic reality. The information about the nucleuses of colonization will be confronted with the few isolated words bestowed by historians in light of a perspective that closely articulates language and community.

**KEY WORDS:** pidgin/creole Portuguese, African colonies, articulation between language and community.

**RESUMO:** Trata-se de um estudo acerca do pidgin/crioulo português formado na costa ocidental da África durante os séculos XV, XVI, XVII. Balizado por informações topológicas, sociais, econômicas e demográficas sobre os núcleos de colonização que se formaram ao longo da costa oeste-africana, o autor pretende perscrutar as escassas pistas sobre a realidade lingüística. As informações sobre os núcleos de colonização serão confrontadas com as poucas palavras isoladas legadas pelos historiadores, numa perspectiva que articula estreitamente linguagem e comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** pidgin/crioulo português, colônias africanas, articulação entre linguagem e comunidade.

---

\* Este texto foi lido como comunicação no **Colóquio sobre Crioulos Portugueses**, organizado por Benjamim Pinto Bull em Figueira da Foz, Portugal, de 4 a 6 de novembro de 1993

## 1. Introdução

Como é consabido, o pidgin/crioulo (PC) português formado ao longo da costa ocidental africana durante os séculos XV, XVI e XVII é de suma importância para a pidginística e a crioulistica devido ao pioneirismo dos portugueses no desbravamento dos mares e terras da África, Ásia e América. Não é para menos que tenha surgido uma teoria que defendia a lusomonogênese, se não para todos os crioulos do mundo, pelo menos para os de base ibérica. Falando da Primeira Conferência sobre Crioulos, realizada em Mona na Jamaica em 1959, afirma HOLM (1988: 46): "Dentre as idéias mais cheias de conseqüências a surgir nesta conferência está a da monogênese, ou seja, a idéia de que os pidgins e crioulos do mundo poderiam ser derivados de uma origem comum, o pidgin de base portuguesa que surgiu no século XV na África...".

A despeito desse pioneirismo dos portugueses e, conseqüentemente, da importância histórica do PC português da costa ocidental africana, as suas variedades atuais, ou seja, o guineense, o caboverdiano e o são-tomense estão entre os crioulos menos estudados do mundo. Parece que até mesmo os crioulos portugueses do oriente<sup>11</sup> são mais estudados que eles. E o que é pior, não sabemos quase nada sobre sua história, uma vez que os cronistas da época não nos legaram nenhum registro concreto deles. O que temos são referências indiretas, esparsas, em geral depreciativas. Afora isso, o que se pode respigar aqui e ali nos cronistas são palavras isoladas, via de regra em uma transcrição lusocêntrica, ou seja, ignorando a sua verdadeira fonética e semântica. Mesmo assim, tomando como apoio essas palavras e uma sólida base teórica (a fonologia CV), eu já tentei rastrear a formação e transformação das estruturas silábicas desse crioulo, recuando até próximo ao século XV (COUTO, 1992a). Em COUTO (1992b e 1993), eu tentei abordar o assunto de uma perspectiva sócio-histórica, ou seja, fiz uma breve análise de como a

---

<sup>11</sup>. Os crioulos portugueses do Oriente já dispõem de uma bibliografia especializada em TOMÁS (1992).

colonização se deu, tendo chegado à conclusão de que os verdadeiros agentes na formação desse crioulo foram os lançados. No presente ensaio eu assumo uma outra postura. Uma vez que temos informações relativamente pormenorizadas (topológicas, sociais, econômicas, demográficas, etc.) sobre os núcleos de colonização que se formaram ao longo da costa oeste-africana, pretendo partir da caracterização dessas comunidades à procura de algum indício sobre a realidade lingüística. As informações sobre os núcleos de colonização serão confrontadas com as poucas palavras isoladas que os historiadores nos legaram. Com isso será levada em conta não apenas a história externa mas também a história interna do PC português oeste-africano. Assumirei a postura teórica defendida pela escola dialetológica alemã "Wörter und Sachen" (Palavras e Coisas) e pela sociolingüística moderna, sobretudo a linha de William Labov e seguidores.

## **2. Relações entre linguagem e comunidade**

Antes de entrar na análise de uma das comunidades luso-africanas da região da Guiné de que temos notícia, é necessário definir os conceitos com que trabalharei bem como os princípios em que toda a argumentação se estribará. Como o próprio título já enuncia, os dois conceitos básicos são comunidade e linguagem. Comunidade (C) será entendida como todo agregado de pessoas relativamente estruturado que tem interesses comuns. Esse agregado é a população. Todo agregado de pessoas só pode existir em um território, como procuro mostrar alhures (COUTO ms). Do ponto de vista de C, o território se constitui do ambiente natural e do ambiente construído (PREZIOSI, 1976). Ambos têm importância para L, sobretudo para o léxico, embora o segundo tenha mais importância que o primeiro. O ambiente natural pré-existe à comunidade, pois é nele

que as pessoas se agregam. O ambiente construído, por seu turno, se faz à medida que a comunidade vai se formando<sup>12</sup>.

Linguagem (L) é tomada aqui no sentido semiótico de todo e qualquer meio de comunicação. Como veremos mais abaixo, tudo que resultar da intervenção do homem na natureza faz parte de L. Enfim, L é bastante complexa, pois inclui a língua e todas as outras linguagens (com minúscula), ou todos os sistemas de comunicação e representação de C. L equivale, portanto, ao que em outros contextos eu chamei de cultura (cf. COUTO, 1981, 1983 e ms)<sup>13</sup>.

Em (1)(a)-(b) temos os dois pressupostos mais gerais, no fundo dois fatos óbvios, em que basearei toda minha argumentação.

- (1) a) Não há linguagem sem comunidade
- b) Não há comunidade sem linguagem

Apesar de óbvios, os princípios de (1) têm uma série de conseqüências para o estudo da linguagem em geral e da língua em especial, como fenômenos sociais, e não como meros instrumentos para expressão do pensamento como querem os seguidores da gramática gerativa (cf., entre outros, CHOMSKY, 1988). Uma das conseqüências mais imediatas desses dois princípios é o fato de que C e L constituem uma unidade, representada pela fórmula LC, à qual se aplica o princípio (2).

- (2) Comunidade e linguagem constituem um todo indissolúvel.

Doravante, portanto, a sigla LC poder ser usada no lugar da expressão plena "linguagem-e-comunidade". Caso seja de todo necessário distinguir "língua" de "Linguagem" será usado l

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre as relações entre espaço ou território e linguagem, ver o URL: <http://www.unb.br/il/let/crioul/contato.htm>

<sup>13</sup> Neste ensaio, "Linguagem" (com maiúscula) estará por aquilo que outros chamam de cultura, ou seja, todos os meios de expressão e comunicação de C, ao passo que "linguagem" (com minúscula) estará para as linguagens especiais, inclusive a língua (cf. COUTO ms).

minúsculo para a primeira. Assim, 1C poder estar pelo todo "língua-e-comunidade".

Até aqui as relações entre C e L foram consideradas apenas do ponto de vista sincrônico. No entanto, o aspecto diacrônico, histórico-social precede a sincronia, pois, como sabemos, a linguagem em geral e as línguas em especial são produtos históricos da relação dos indivíduos no seio da comunidade a que pertencem, seja qual fôr o sentido que se dê ao agregado de indivíduos nas suas fases iniciais. O ideal seria estudar a evolução da linguagem tanto ontogenética quanto filogeneticamente. Entretanto, como o meu objetivo neste ensaio é estudar a origem do PC português do oeste-africano, a filogênese não vem ao caso. A ontogênese tampouco será levada em consideração uma vez que não dispomos de informações sobre como as crianças dos primeiros falantes de PC o adquiriram, apesar de isso ser de fundamental importância para se testarem as hipóteses sobre a formação dos crioulos em geral. O que farei aqui é, como já disse acima, analisar um dos núcleos de colonização do oeste africano de que temos conhecimento a fim de verificar se podemos tirar algumas ilações sobre a origem do PC que aí surgiu.

Quando se considera o surgimento de um PC, é necessário desdobrar os princípios de (1) ainda mais. Ou seja, as sub-hipóteses de (3)-(4) precisam ser levadas em conta.

(3) Comunidade determina linguagem

(4) Linguagem determina comunidade

Tendo à disposição os pressupostos de (1) e (2) podemos examinar criticamente as hipóteses de (3)-(4) exemplificando com os poucos dados de que dispomos sobre as comunidades que se formaram na costa oeste-africana nos séculos XV, XVI e XVII bem como com as poucas palavras em curso nelas que chegaram até nós. Por outras palavras, os princípios (1)-(4) partem do pressuposto de que só se pode falar de uma língua relativamente estabilizada se há uma comunidade relativamente estabilizada. Aplicado ao objeto de análise em questão, isso significa que só podemos afirmar que há um crioulo (que é um pidgin nativizado,

isto é, estabilizado em uma comunidade) português na costa ocidental africana se houver uma comunidade mista relativamente estabilizada na região. Os princípios prevêem, outrossim, que a qualidade dessa comunidade determinará a qualidade da linguagem nela empregada.

No que tange especificamente aos princípios (3) e (4), deve ficar entendido que se há alguma precedência histórica e até lógica entre C e L deve ser de C relativamente a L. No entanto, deve ficar claro que C é uma condição necessária, mas não suficiente, para a existência de L. Com isso eu quero dizer que a mera presença de comunidades luso-africanas na costa oeste-africana não são suficientes para justificar a existência de um crioulo português. Mas, sem a preexistência delas é impossível que esse crioulo surja.

### **3. As comunidades luso-africanas da costa da Guiné**

De acordo com a maioria dos cronistas da época, dentre as principais comunidades luso-africanas da costa da Guiné no período em questão contavam-se as de Cachéu, Geba, Bissau, Farim e Ziguinchor. De acordo com a tradição do senso comum existente hoje na Guiné-Bissau, o crioulo ter-se-ia formado em Cachéu e Geba. É comum ouvir-se que o crioulo mais puro, o kriol fundu é o crioulo de Cachéu e, à vezes, o de Geba. Por esse motivo, concentrar-me-ei na comunidade de Cachéu, embora consciente do fato de que, de uma forma ou de outra, todas as outras comunidades da região contribuíram em maior ou menor escala para formação do crioulo. Até mesmo Cabo Verde entra na história pois, segundo vários autores, o crioulo teria sido formado nesse arquipélago e dele levado para o continente africano. No entanto, o que parece mais plausível é a possibilidade de ele ter surgido em Cabo Verde em na Guiné ao mesmo tempo<sup>14</sup>. Seja lá como fôr, o fato é que o crioulo se formou também na Guiné. Assim sendo, partindo dos pressupostos de (1) a (4) supra, passo

---

<sup>14</sup> Para uma discussão sobre se o crioulo se formou nas ilhas ou no continente, cf. COUTO (1992: 109-110).

agora a examinar a formação e a estrutura da comunidade de Cachéu a fim de averiguar quando houve condições para a existência do crioulo na região.

Por volta de 1506/1510, já havia feiras no que veio a ser São Domingos e Cachéu. Usando a forma "Caticheo" por "Cachéu", Valentim Fernandes diz que os indígenas locais "tem também feyra e vam aa feyra dos banhuns e os banhuns a estes" (FERNANDES, 1951: 74, 164). Vê-se, portanto, que no começo do século XVI já existia, na região de Cachéu, uma interação relativamente intensa das etnias locais entre si bem como com os portugueses. A respeito da região de São Domingos, disse o mesmo autor: *...aquí estão christãos mercatores estantes* (p. 68).

Um outro autor que nos fornece muitas informações sobre os povos locais, seus usos e costumes, bem como sobre a ação dos portugueses entre eles é André Álvares de Almada. Referindo-se à região da atual Cachéu, ele afirma o seguinte:

*Antigamente habitavam os nossos com estes negros (isto é, brames) na mesma aldeia debaixo da palavra e guarda de seus hóspedes, e eram muito avexados deles como de outros da mesma nação que desciam do sertão, e houve já muitas mortes e roubos importantes que cada dia recebiam; mas haverá como cinco anos que estão os nossos em aldeia separada dos negros, e tão fortes que querendo eles, podem fazer muito mal e dano aos negros. E estão ao longo do rio entre a aldeia dos negros e ele, e ali fizeram uma força sem ajuda de S. Majestade, e a fortificaram com alguma artilharia que para isso buscaram, com a qual defendem a entrada aos Ingleses e Franceses para que não tomem os navios como dantes faziam. O autor de se fazer este forte e aldeia em que estivessem os nossos, foi um Manuel Lopes Cardoso, vizinho da Ilha de S. Tiago, o qual por industria houve licença do Rei da terra chamado Chapala, para fazer no dito sitio o forte (ALMADA, 1946: 45).*

Como sabemos hoje, o autor está se referindo à própria fundação de Cachéu, que se deu em 1588 (cf. ESTEVES, 1988: 6-

7). Em 1590, Almada afirma que "a povoação dos nossos está habitada de muita gente, e há quaresma em que se confessam 700 e 800 pessoas entre brancos e pretos e não falta mais que por S. Magestade justiça nela querendo-a fazer vila" (ALMADA, 1946: 46). Logo após a fundação da "praça" (como se passou a dizer depois), os negros tentaram atacá-la, mas os seus habitantes foram avisados por "duas negras ladinhas da própria terra, que de noite secretamente vieram ter ao forte e habitação dos nossos, e disseram o que determinavam fazer os negros". Com isso, puderam os portugueses defender-se e, dos cerca de 10.000 negros que se lançaram contra eles, muitos foram mortos, sendo que do lado dos portugueses não houve nenhuma baixa (p. 45).

Após o combate, sobreveio uma relativa tranqüilidade à praça de Cachéu. A tal ponto que o próprio "rei Chapala, que é o principal deste Rio, todas as vezes que se acha na aldeia dos nossos, estando clérigo nela, todas as vezes que se diz Missa a ouve com muita quietação, fazendo o sinal da Cruz, e benzendo-se..." (ALMADA, 1946: 46). O rei da aldeia vizinha, dos sapes, "é Cristão: chama-se Ventura de Sequeira; sabe ler e escrever por se criar na Ilha de Santiago". E o que é mais, "os mais negros da sua Aldeia são Cristãos; os meninos que nela nascem a todos manda baptizar, e todas as noites se ensina a doutrina Cristã em sua aldeia em voz alta, onde também acodem alguns filhos de negros ladinhas da terra, posto que não sejam Cristãos" (p. 47).

Diante dos pressupostos de (1) e sobretudo de (2) e (3), podemos afirmar que é quase certeza que por volta de 1580 o crioulo já era corrente em Cachéu. Com efeito, já havia uma comunidade relativamente estável. Além disso, tratava-se de uma comunidade mesclada, que tinha como força centripeta a presença portuguesa mas de maioria absolutamente africana. Os africanos eram de etnias as mais diferentes. Levando em conta a interação que necessariamente havia entre Cachéu e outras praças e presídios da região (algumas das quais foram enumeradas acima), o crioulo já seria também a língua franca de toda a região da Guiné Portuguesa. O próprio Almada afirma que "os nossos que estão nesta aldeia têm tratos para os outros rios e para a Costa, onde vão e mandam tratar em lanchas e outras embarcações com os Ingleses e Franceses, levando-lhes couros,



cera, e marfim; e o pior é que levam às ditas partes escravos a vender aos Jalofos..." (p. 46).

Tanto é verdade que o crioulo já estava formado que Almada chega a falar especificamente da questão lingüística. A propósito de *S. Domingos, terra dos banhuns..., uma aldeia grande, povoada de muitos negros e muitos dos nossos...*, ele diz que os negros desta aldeia, por serem entendidos e práticos na nossa língua, tratavam muito mal aos nossos... (p. 48). A propósito disso, afirma Benjamim Pinto Bull: *Pensamos que por nossa língua deve entender-se um crioulo-português* (BULL, 1989: 71).

Um outro reforço para a tese de que o crioulo já estava formado na região dos rios da Guiné de 1500 a 1580 provém dos vocábulos que já eram correntes na época<sup>15</sup>. Para o período inicial, Valentim Fernandes registra, entre outras, as seguintes palavras: "judeu" (=jidiu), "buffaro" (=bufri), "marlota", "macho/femia", "mampatas", "sumana", "china", "kabu" (=kau) e "macarra" (=mankara). Almada, por seu turno, registra como correntes em toda a região dos rios da Guiné palavras como "caciz" (=kasisa), "chocas", "jabacouce" (=jambakus), "choro" (=curu, cur), "polões" (=polon), "farroba", "lala", "cola", "cuscus", "tapada", "manduco", "chão" (=con), "macareo" (=makariu, makare), "chaveo" (=ceben), "tarafe", "bambalo" (=bombolon), "batanqua" (=batanga), "saninha" (=nsaniñu), "dari", "atabanca" (=tabanka: significava "trincheira" originalmente), etc.

Os relatos do século XVII vão na mesma direção, confirmando a tese de que já havia comunidade mista relativamente cristalizada não só em Cachéu mas também em diversas outras regiões da Guiné. Um deles é o pe. Fernão Gerreiro que percorreu a região da virada do século XVI para o XVII até mais ou menos 1609. Ele relata inclusive a edificação do forte de Cachéu por Manuel Lopes Cardoso, além de reproduzir muitas palavras em curso nas comunidades locais (GUERREIRO, 1930). Um outro é André Donelha, que fala do estado da região em 1625. Frei André de Faro é especialmente interessante pelo vocabulário que registra (cf. ASSUMPÇÃO, 1885).

---

<sup>15</sup> Só registro as palavras que constam de BIASITTI (1987) e/ou de BULL (1989, cap. XVIII).

Para o período que vai de 1640 a 1650, dispomos de muitas informações sobre a praça de Cachéu e de seus habitantes na correspondência que se estabeleceu entre o capitão-mor nomeado, Gonçalo de Gamboa de Aiala, e o Conselho Ultramarino (cf. ESTEVES, 1988). Ficamos sabendo através dessas cartas que Cachéu tinha pelo menos três bairros ("Villa Quente", "Villa Fria" e o da "Calaca") (p. 90). Outras partes do ambiente construído e do ambiente físico (cf. PREZIOSI 1976) de Cachéu são mencionadas. Assim, havia a "Praia das Vacas" no "Estreito de Taco" (p. 101), uma parte da barra de Cachéu chamada a "Mata" (114) e a "Rua do Taco" (59). Além disso, havia uma "casa do forte", a "tabanca" ("huns paos de mangues compridos a modo de estacada, que he defensa, e resguardo pera qualquer accidente" (63), uma "feitoria" e "almazens" (73). Por outras palavras, na virada do século XVI para o XVII Cachéu já estava perfeitamente estruturada do ponto de vista urbanístico, ou da arquitetura, como diz PREZIOSI (1976) como alternativa para "ambiente construído". Mas, uma comunidade não se constitui só de território. Este é pré-requisito para aquela, mas só passa a ter vida após ser ocupado por pessoas que nele interagem. Portanto, vejamos o que se detecta da correspondência supra-mencionada sobre a população de Cachéu, a fim de termos uma visão mais detalhada dessa comunidade.

Antes, porém, gostaria de abrir um parêntese para salientar que ainda no que concerne ao ambiente construído, o território de Cachéu tinha mais algumas partes denominadas. Algumas gerais, como o nome que designa o lugar como um todo. Assim, ela é chamada às vezes de "praça", que contém uma "fortificação", uma "fortaleza" ou um "forte", ou seja, três nomes alternativos para o mesmo referente. Como se vê, a "fortificação", "fortaleza" ou "forte" era parte integrante da "praça" de Cachéu mas, freqüentemente, esses nomes eram usados para designá-la como um todo, por metonímia. Por isso, às vezes se usa até a expressão "feitoria" para designar a "praça". Por fim, ela foi chamada também de o "porto" de Cachéu, de "povoação" de Cachéu e até de "presídio".

Um outro fato importante a registrar concernente ao ambiente construído é que além da parte central de Cachéu, eminentemente mista, havia os componentes periféricos, menos

europizados e até mesmo plenamente não aculturados, como os reinos "da Mata", "de Bugate", "de Cacão" (de Cação?), "de Bucis", do "Bicão" e "das Ilhetas" (cf. ESTEVES, 1988: 59).

Se na época de Almada (a partir da segunda metade do século XVI) Cachéu já estava composta de uma população mista luso-africana, no século seguinte (de 1640 a 1650) a mistura racial e étnica deve ter se intensificado ainda mais, cristalizando-se C. É bem verdade que as autoridades da época não tinham por hábito registrar os fatos objetivamente, mas apenas aquilo que lhes interessava, ou seja, o que nos legaram é a "história oficial", não necessariamente a "história real" (cf. RODRIGUES, 1981). Assim, o que nos resta fazer é ler nas entrelinhas, com lentes de aumento, a fim de encontrar algum indício, involuntário por parte do cronista, que permita alguma ilação relativamente aos fatos sociais.

Em relação à composição demográfica de Cachéu, sabemos que seu capitão-mor em 1644 era "Luís de Magalhães" (71), que havia pelo menos um castelhano "João Peres" (75), o capitão "Fernão Lopez Mesquita" (78), um "visitador geral", um "vigário da pouoação", "Christouão de Melo Coelho", "Thomas Barrasa", "Tristão Sotomayor", "Salvador Rodriguez Pereira", "Ioão Luiz da Cunha" (81), "Amtonio da Cunha" (95), etc. O capitão tinha o irmão "Alexandre da Mesquita", que tinha um filho (97). "Salvador Rodriguez Pinheiro" e "Ioze Rodriguez Pinheiro" eram também irmãos. Havia também escravos a ser embarcados para outras paragens (78, 84). A maioria dos portugueses eram lançados (cf. COUTO, 1992b, 1993), como claramente se diz de Luís de Magalhães (71, 77) e Paulo Barradas da Silva (99). Aliás, em carta de 6 de maio de 1647 a D. João IV, Gonçalo de Gamboa Aiala (já agora capitão-mor da praça) afirma que "emquanto se não premerem e castigarem sette ou oito homens dos primsipais desta pouoação não está segura, e sam incapazes de perdão e fauores, porque com elles são piores e se não am de emmendar os mais sem uerem estes castigados.." (p.98).

Como sabemos que via de regra os portugueses não levavam mulheres para as terras recém-descobertas e como sabemos que eles não viviam solteiros e abstêmios nesse meio, podemos concluir com relativa segurança que todos os homens

mencionados acima tinham mulheres nativas. Aliás, os autores do séc. XVI mencionados acima já haviam feito referência a este tipo de união. No caso em tela, vimos que havia filhos nascidos em Cachéu, que deviam ser necessariamente mestiços de pai português e mãe africana<sup>16</sup>. Aliás, há menção explícita a um deles, "Tristão de Soutomayor", "bemquisto com os jentios, e muj aparentado com eles" (p. 59).

Por se tratar, como vimos, de relatos oficiais procura-se enfatizar apenas o que interessava às autoridades da metrópole. Com isso, não há nenhuma menção aos grumetes (cf. COUTO, 1992b, 1993), nativos aculturados que serviam como auxiliares dos portugueses, freqüentemente lançados. No entanto, como sabemos de sua existência inclusive em épocas anteriores (cf., i. a., ALMADA, 1946) e como é altamente improvável que os portugueses, lançados ou não, tenham dispensado a ajuda dos grumetes pondo-se a fazer todo o trabalho sozinhos, é de se deduzir que havia muitos grumetes em Cachéu e nas outras "praças", "presídios", "fortificações" e "portos" da costa da Guiné em todo o período em questão. E o que é mais: esses grumetes tampouco ficaram solteiros e sexualmente abstêmios.

A conclusão geral a que se pode chegar sobre a composição social de Cachéu nesta época é a de que os "homens de nação" portugueses acima mencionados eram minoria. A maioria da população da "praça" era constituída de mestiços deles com "negras ladinas" bem como das próprias "ladinas", de grumetes e suas mulheres, ladinas ou não, e de seus filhos. Nos "bairros" periféricos havia a população não aculturada, isto é, plenamente africana, de que vimos alguns exemplos acima. Por fim, havia os escravos, que não eram fixos mas estavam aguardando a partida para as colônias da Ásia e da América.

Para o que interessa aqui, ou seja, a questão do crioulo, vê-se que na segunda metade do século XVII a comunidade mista luso-africana continuava estável, embora a duras penas, firme e consolidada. De acordo com os princípios (3) e (4), podemos concluir que o crioulo estava consolidado na época em que Aiala foi capitão-mor de Cachéu. Tanto que em 1684 Francisco de

---

<sup>16</sup> São as "negras ladinas" (ALMADA 1946: 45)

Lemos Coelho nos dá o primeiro registro que se conhece da palavra "crioulo" para designar a língua franca da região (COELHO, 1953: 153). Em 1696, o bispo de Cabo Verde D. Frei Vitoriano Portuense em visita à Guiné proferiu a primeira frase crioula de que se tem conhecimento (Agora mi stá sabi), embora referindo-se a Bissau (PORTUENSE, 1696). No entanto, a situação bissauense não deva ter sido diferente da de Cachéu nem da das outras comunidades, como Geba.

Os documentos ulteriores corroboram tudo que se disse sobre a comunidade de Cachéu e do nascimento e consolidação do crioulo. Assim, para o século XVIII temos LABAT (1728) e ANDRADE (1777), entre outros. Até a metade do século XIX as coisas não se alteraram muito, como se pode ver, p. ex., com o mestiço nascido em Cachóu Honório Pereira Barreto<sup>17</sup>.

#### **4. Observações finais**

Muita coisa fica por ser feita, mas creio que a discussão supra parece justificar as premissas iniciais formuladas em (1)-(4). Com efeito, se C e L formam um todo indissolúvel LC (2) e se C de certa forma determina L (3), só podemos concluir que o crioulo estava formado a partir da segunda década do século XVI, como vimos com Almada. Vimos também que nos séculos ulteriores a situação não se alterou muito. Ora, sabemos que o crioulo atual ainda mantém uma variante conservadora, o kriol fundu. Podemos concluir com bastante plausibilidade que essa variedade conservadora mantém muita coisa do crioulo da época de formação.

Neste ensaio eu analisei apenas a comunidade de Cachéu. No entanto, vimos que há varias outras comunidades na costa da Guiné tais como Geba, Bissau, Farim e Ziguinchor. Além disso temos o caso especial de Cabo Verde que, consabidamente,

---

<sup>17</sup> Em WALTER (1947) temos uma série de cartas bem como um ensaio de Barreto publicado originalmente em 1847.

manteve íntimos contatos históricos com a Guiné<sup>18</sup>. Para que a análise aqui apresentada fique convalidada é necessário que se aprofunde ainda mais o estudo dos documentos históricos sobre Cachéu. Mas, mais do que isso, é necessário que se analisem microscopicamente as outras comunidades em seu processo de formação e transformação. Em seguida, deve-se confrontar tudo com o processo histórico de formação e transformação do crioulo em Cabo Verde e, possivelmente, em São Tomé e Príncipe e nas diversas regiões da Índia em particular e da Ásia em geral. Assim procedendo estaríamos não apenas recuperando a história do crioulo português da costa da Guiné, em especial, mas também dos crioulos portugueses em geral bem como da própria atividade dos portugueses pelo mundo afora.

## 5. Bibliografia

ALMADA, André Álvares de. 1946. *Tratado breve dos rios de Guiné*. Lisboa. A 1ª ed. É de 1594.

ANDRADE, Tte Bernardino A. 1777. *Informções da Guiné em 1777*. Arquivo das colónias vol. I. 34-39, 1917.

ASSUMPÇÃO, Tomaz Lino. 1885. Exploração à África nos inéditos da biblioteca de Évora. *Bol. Soc. Geogr. Lisboa*, série 5, n. 6, p. 350-376.

BIASUTTI, Pe. A. 1987. *Vokabulari kriol-purtugis*. Missão católica de Bubaque - Guiné-Bissau.

BULL, Benjamim Pinto. 1989. *O crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e sabedoria*. Lisboa\Bissau: ICALP\INEP.

---

<sup>18</sup> Como já sugeri na nota 4, diversos autores acham que o crioulo ter-se-ia formado no arquipélago e depois transplantado para o continente (hipótese da insularidade). Outros acham que ele se formou no continente e daí foi levado para o Cabo Verde (hipótese da continentalidade). Eu, particularmente, acho que ele se formou em ambas regiões ao mesmo tempo (hipótese da ambigeneidade).

CHOMSKY, Noam. 1988. *Language and problems of knowledge. The Managua lectures*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

COELHO, Francisco de Lemos. 1953. Descrição da costa Guiné de Cabo Verde até Serra Leoa com todas Ilhas e Rios que os brancos navegam. In: PERES, D. (org). *Dois descrições seiscentistas da Guiné*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. O original é de 1684.

COUTO, Hildo Honório do. 1981. Semiótica da cultura e tradução. In: MATTOS, D. (org). *Estudos de tradutologia I*. Brasília: Kontakt, p. 9-32.

\_\_\_\_\_. 1983. *Uma introdução à semiótica*. Rio de Janeiro: Presença.

\_\_\_\_\_. 1992a. Formation and transformation of Kriol phonology. Comunicação lida na Society for Pidgin and Creole Linguistics, Philadelphia 9-12/1/92.

\_\_\_\_\_. 1992b. Lançados, grumetes e a origem do crioulo português no noroeste africano. In: *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Colibri, p.109-122.

\_\_\_\_\_. 1993. The genesis of Portuguese creole in Africa. In: BYRNE/HOLM (eds). *Atlantic meets Pacific*. Amsterdam: John Benjamins, p. 381-389.

\_\_\_\_\_. ms. O componente proxêmico da linguagem.

\_\_\_\_\_. 1994. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, p. 29-33.

ESTEVES, Maria Luísa. 1988. *Gonçalo de Gamboa de Aiala, capitão-mor de Cachéu, e o comércio negreiro espanhol*. Lisboa/Bissau: IICT/INEP.

FERNANDES, Valentim. 1951. *Description de la côte occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels)*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, vol. 11. Escrito por volta de 1506-1510.

GUERREIRO, Pe. Fernão. 1930. *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Cia. de Jesus...*. Coimbra: Imprensa Universitária, 3 vols.

HOLM, John. 1988. *Pidgins and croles*. Cambridge: Cambridge University Press.

LABAT, Père Jean-Baptiste. 1728. *Nouvelle relation de l'Afrique occidentale*. Paris: Guillaume Cavalier, 5 vols.

PORTUENSE, D. Frei V. 1696. Relação do baptismo de D. Pedro, rei de Bissau, e do começo da segunda viagem à Guiné do bispo D. Fr. Vitoriano Portuense. In: MOTA, Avelino T. (org). 1974. *As viagens do bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné e a cristianização dos reis de Bissau*. Lisboa: JIU, p. 97-109.

PREZIOSI, Donald. 1976. The non-dichotomy of sensory and grammatical relationships: toward a relational theory of the built environment. *The second LACUS forum*. Columbia, S.C.: Hornbeam Press, p. 627-636.

RODRIGUES, José Honório. 1981. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

TOMÁS, Maria Isabel. 1992. Os crioulos portugueses do oriente: uma bibliografia. Macau: Instituto Cultural de Macau.

WALTER, Jaime. 1947. *Honório Pereira Barreto*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, n. 5.